

BOLSONARO E A LAICIDADE BRASILEIRA¹

Ari Pedro Oro

Durante o seu mandato como presidente da República (2019-2022), Jair Messias Bolsonaro pronunciou em vários momentos frases que faziam referência à laicidade do Estado e à condição cristã sua e da sociedade brasileira. Vejamos algumas dessas frases, repetidas em diversas ocasiões. Por exemplo, em 10 de julho de 2019, na Câmara dos Deputados, disse: “o Estado é laico, mas somos cristãos”². Em 16 de setembro de 2020, postou no Twitter: “O Estado é laico, mas o nosso governo é cristão”³. Em 9 de julho de 2022, em São Paulo, na Marcha para Jesus, afirmou: “Vivemos num país laico, mas o seu presidente é cristão”⁴. E em 7 de setembro de 2022, no Rio de Janeiro, sentenciou: “Nós somos um governo que sabemos que o nosso Estado é laico, mas seu presidente é cristão!”⁵.

Essas frases ditas por Bolsonaro me conduzem a fazer quatro observações e a levantar duas perguntas.

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada nas XX Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, na mesa redonda “A laicidade ao final do governo Bolsonaro”, realizada no Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 2022.

Agradeço a Emerson Giumbelli a leitura e as sugestões aportadas ao texto.

2 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-diz-que-indicara-para-vaga-no-stf-ministro-terrivelmente-evangelico.shtml>. Acesso em: 6 maio 2020.

3 Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2020/09/o-estado-e-laico-mas-nosso-governo-e-cristao-diz-bolsonaro-no-twit.html>. Acesso em: 5 maio 2022.

4 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/marcha-para-jesus-escancara-negligencia-da-esquerda-com-evangelicos.shtml>. Acesso em: 1º ago. 2022.

5 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/07/7-de-setembro-leia-na-integra-o-discurso-de-bolsonaro-no-rio.htm>. Acesso em: 8 set. 2022.

Observações

1) A regulação do religioso

Ao iniciar as frases afirmando que “o Estado é laico”, Bolsonaro remete ao princípio constitucional brasileiro de regulação do religioso⁶ que prevê a dissociação entre Igreja e Estado, acompanhada do princípio da liberdade de crença e culto.

Como sabemos, a laicidade foi oficialmente admitida na primeira Constituição Republicana, de 1891, após ter vigorado durante todo o período colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889) o catolicismo como religião oficial do país. O princípio da laicidade consta no artigo 72, parágrafo 7, da referida constituição quando diz: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o Governo da União ou o dos Estados”. O parágrafo 3 do mesmo artigo garante a liberdade religiosa nos seguintes termos: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto [...]” (Brasil, 1891).

A sétima constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, e que ainda está em vigor, em seu artigo 19, inciso I, reafirmou a separação entre igrejas e Estado e a liberdade religiosa, nos seguintes termos:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (Brasil, 2016, p. 25).

⁶ Essa expressão é recorrente entre cientistas sociais que se ocupam do tema da religião. Giumbelli (2016, p. 18) chama a atenção para “não confundir regulação com controle, embora eventualmente ela possa se traduzir nisso”, assim como “regulação não é o mesmo que regulamentação, embora, evidentemente, esta faça parte daquela” e, finalmente, não se pode restringir a aplicação da regulação às minorias. Ao contrário, regulação refere-se “a um conjunto mais amplo de concepções e expectativas que não se esgota em normatizações”. Trata-se de um “conjunto dos mecanismos e dispositivos que atingem os vários grupos religiosos nas suas transformações ao longo de um regime secularista” (Giumbelli, 2011, p. 6). Por isso mesmo, continua Giumbelli (2011, p. 8), “a laicidade ou o secularismo podem ser estudados como a resultante da conjunção desses dispositivos e processos de regulação do religioso”.

Vale observar, como Paula Montero (2022) destacou⁷, que a noção de liberdade religiosa surgiu em contextos históricos específicos, tendo assumido uma dimensão pluridimensional, detentora de sentidos diferenciados segundo os momentos e os atores ou as instituições que a acionam. E no que concerne ao Brasil, mais especificamente, Montero lembra que a expressão “liberdade religiosa” ou “de crença” não aparece de forma explícita em nenhuma constituição brasileira. Ainda, de acordo com Montero, atualmente a expressão é acionada tanto para defender a liberdade de crença quanto para justificar a intolerância religiosa⁸.

2) O Brasil cristão

Em segundo lugar, Bolsonaro, ao completar as frases mencionadas com a afirmação “somos cristãos”, aponta para a importância histórica e cultural do cristianismo na sociedade brasileira, com a particularidade de que o destaque recai na Igreja Católica, cujas lideranças, acompanhadas de membros da sociedade civil, têm se empenhado desde o início do século XX na articulação entre Estado laico e nação religiosa⁹, entre “ser católico” e “ser brasileiro” (Montero, 2009, p. 13), vindo, dessa forma, o catolicismo a assumir a condição de “modelo de religião e de culto religioso” (Mariano, 2011, p. 246). É importante destacar, porém, que, nas últimas décadas, devido às reconfigurações socioreligiosas ocorridas no país, especialmente com o forte crescimento evangélico (leia-se pentecostal) a partir da década de 1980, a equivalência ou a equação referida deixou de ser natural (Novaes, 2014)¹⁰. Isso não impediu que até não muitas décadas atrás a Igreja Católica comparecesse onipresente no espaço público e recebesse uma discriminação positiva de parte do

7 Originalmente, o texto de Montero consistiu em comunicação apresentada em um webinar ocorrido em 7 de novembro de 2022, promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, intitulado “Religião e Democracia no Brasil, os desafios a enfrentar”.

8 Só a título de exemplo, registro a observação feita por Ronildo Pacheco (2022), para quem, no Brasil atual, “lideranças cristãs de extrema direita e instituições como o Instituto Brasileiro de Direito e Religião e a Jocum (Jovens com uma Missão) entendem como defesa da liberdade religiosa [...] a defesa de uma supremacia cristã, em que a interpretação ultraconservadora e moralista do cristianismo deve pautar a ordem social e não impor limites, por exemplo, à assimilação cultural representada pela evangelização de povos originários”.

9 O efeito disso é, por exemplo, que, na década de 1930, a Igreja Católica “reivindicou estar ao lado da ‘nação’” (Giumbelli, 2006, p. 236) e, nessa condição, conseguiu introduzir na Constituição de 1934 o princípio da “colaboração recíproca”, que vigorou até a Constituição de 1967, entre o Estado e a Igreja Católica (Giumbelli, 2002), a qual alcançou o status de religião “quase oficial” (Mariano, 2001, p. 145).

10 Assim, já em 1994 Pierre Sanchis relativizava a ideia de o catolicismo continuar sendo a religião nacional. Para ele, mais importante do que essa equivalência seria analisar as formas diversificadas que a religião assume na cultura brasileira, para além do catolicismo.

Estado, em detrimento de outras religiões, como as mediúnicas, principalmente aquelas de matriz africana, que tenderam a receber uma discriminação negativa.

Seja como for, há um consenso entre os estudiosos de que, no Brasil, a secularização da sociedade não consistiu no refluxo da religião para a esfera do privado. Ao contrário, ela tem historicamente se mantido como uma dimensão importante da esfera pública, vigorando uma relação de proximidade entre Estado e igrejas, configurando uma laicidade colaborativa. Essa situação é assim sintetizada por dois autores que se debruçaram sobre a questão em nosso país. Para Marcelo Camurça (2018, p. 301), “a separação entre Estado/Igreja nunca deu como resultado a saída da religião da vida pública”; para Ricardo Mariano (2011, p. 254), “A separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política”¹¹. Isso significa, continua Mariano (2011, p. 254), que “a laicidade não constitui propriamente um valor ou princípio nuclear da República brasileira”.

3) O presidente cristão

Em terceiro lugar, ao se dizer cristão – “o presidente é cristão” –, Bolsonaro acionava um pertencimento religioso genérico que visava encontrar receptividade e abrir vias de contato e diálogo tanto com católicos quanto com evangélicos. E, diga-se de passagem que após quatro anos de atuação no cargo de presidente, Bolsonaro conseguiu se equilibrar entre essas duas formações cristãs e, assim, manter em evidência uma dupla, mas ambígua, autoidentificação religiosa, com alguma inclinação para o lado evangélico, motivada pela importância pública assumida pela sua esposa evangélica e por sua relação estreita com lideranças evangélicas e sua ativa participação em eventos evangélicos ao longo do seu mandato, como veremos a seguir. Isso significa, como

¹¹ Este, aliás, não é somente o caso brasileiro. Como apontamos em outro lugar, “na atualidade, Estado, religião e sociedade mantêm relações marcadas menos pela oposição e mais por arranjos e conexões variadas” (Oro; Camurça, 2018, p. 15). Nesse sentido, referindo-se à Europa, sobretudo à França, Philippe Portier (2009, p. 62), por exemplo, observa que, atualmente, está se dando à religião “ao mesmo tempo um lugar na esfera pública do Estado que a República das origens lhe recusava”. Em outro texto, Portier (2018, p. 24) complementa, na mesma direção de Gauchet, afirmando que, a partir dos anos 1970-1980, os promotores de reivindicações identitárias “tem procurado afirmar, de maneira bastante inédita, até no ‘espaço público’, sua identidade religiosa”. Informo que todas as traduções dos textos em língua estrangeira são de minha autoria.

afirma Almeida (2019, p. 205), que a estratégia de Bolsonaro consistiu em se apresentar como “cristão sem acentuar as cores católicas e sempre indicando aos evangélicos que pode ser, parecer ou tornar-se evangélico”. Ou, como sustentam Camurça e Zaquieu-Higino (2021, p. 228), como “alguém que não é definidamente nem católico nem evangélico, porém um autêntico cristão no qual ambos, evangélicos ou católicos conservadores se sentem reconhecidos”.

A esse propósito, vale mencionar uma pesquisa realizada junto a grupos religiosos acerca da percepção do pertencimento religioso de Bolsonaro. A pesquisa foi desenvolvida pela Genial/Quaest em meados de agosto de 2022 e comentada pela colunista Mônica Bergamo (2022). O levantamento mostrou que, entre os evangélicos, 50% acreditam que Bolsonaro é evangélico, 16% que ele é católico, 10% que ele não tem religião e 1% que ele é adepto das religiões de matriz africana. Já entre os católicos questionados, 32% acreditam que Bolsonaro é evangélico, e 17% que ele é católico.

4) Preeminência cristã sobre a laicidade

Enfim, chama atenção nas frases de Bolsonaro referidas a importância detida pela conjunção adversativa *mas*, presente em todas as sentenças. Trata-se de uma importante relativização, reveladora de que, na visão de Bolsonaro, o cristianismo assume uma preeminência em relação à laicidade. Em outras palavras, se historicamente a laicidade que tem vigorado no Brasil tem admitido a convivência e a relação colaborativa entre igrejas e Estado, entre religião e política, associada a uma secularização não confinadora do religioso na esfera privada, para Bolsonaro o Estado é laico, mas o cristianismo sobrepõe-se à laicidade. Portanto, o *mas* consiste numa estratégia discursiva capciosa que quebra o equilíbrio entre religião e Estado e coloca em destaque o cristianismo. Bolsonaro expressou claramente essa sua concepção em 13 de fevereiro de 2017, em Campina Grande, quando afirmou: “Não tem essa história de Estado laico não! O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar às maiorias”¹².

12 Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/jair-bolsonaro-brasil-estado-cristao-contra-se-mude-88394.html>. Acesso em: 5 maio 2022.

Questões

Retenho, das frases mencionadas, que têm como escopo o tema da laicidade, duas questões: que sentido contém o termo cristianismo nos discursos de Bolsonaro e qual é o seu entendimento de laicidade?

1) O sentido de cristianismo para Bolsonaro

Parece haver uma convergência entre os estudiosos de que, considerando o perfil ideológico conservador, moralista e de extrema-direita de Bolsonaro, quando ele afirma “nosso governo é cristão”, “o Estado é cristão”, “somos cristãos”, “o presidente é cristão”, a sua referência recai sobre a chamada “direita cristã”, ou seja, a parcela do cristianismo denominada geralmente, de forma mais ética do que êmica, “conservadora” e/ou “reacionária”¹³. Esta se encontra presente tanto no campo evangélico quanto no católico, mas também, como afirmam Camurça, Silveira e Andrade Junior (2020, p. 997), embora com incidência menor, em “setores conservadores do espiritismo e do judaísmo”¹⁴.

O conservadorismo religioso, como sabemos, constitui um amplo coletivo fragmentado, diverso, contraditório, controverso e heterogêneo, no tocante a tamanho, formação, afiliações, orientações doutrinárias, relações com a hierarquia eclesiástica, relações com autoridades e organismos de Estado, que integra, dialoga ou se aproxima, uns mais, outros menos, da chamada “onda conservadora”. Segundo Almeida (2018), essa onda ascendeu politicamente no país desde a década de 2010 e é atravessada por quatro linhas de força: economicamente

13 Camurça, Silveira e Andrade Junior (2020, p. 976) assim definem estes termos: “os conservadores são aqueles [...] [que] se dedicam a tentar conservar, e a repor, a visão de mundo lastreada na reação à modernidade. Os reacionários, por outro lado, dão um passo a mais, vão à guerra para restaurar uma suposta ordem, sob a hegemonia das instituições religiosas, no caso, cristãs, idealizada e inexistente, de vida social, moral, cultural, sexual, familiar e política”.

14 Em recente dissertação, defendida junto ao PPGAS/UFRGS, Lucas Vanni (2022) analisou sensibilidades católicas conservadoras em Porto Alegre e mostrou que, nesse universo, não se é essencialmente conservador, mas apenas relativamente. Ademais, a expressão é usada para delimitar, demarcar uma posição, uma diferença, em relação a outras tendências internas ao catolicismo. Para tanto, é comum alguém admitir ser *mais* ou *menos* conservador, em relação a outros grupos ou coletivos católicos. Por certo, essas considerações acerca do conservadorismo católico merecem ser levadas em conta nas observações etnográficas com outros segmentos religiosos, sobretudo evangélicos. Enfim, ainda seguindo sugestão de Vanni (2022), vale lembrar que não há uma equação direta e universal entre Bolsonaro e setores religiosos conservadores – evangélicos e católicos –, posto que a realidade tem mostrado a existência de religiosos conservadores não bolsonaristas e de religiosos não conservadores bolsonaristas.

liberal, politicamente autoritária, socialmente intolerante e moralmente reguladora¹⁵.

Não é tarefa fácil mapear tais forças cristãs conservadoras dentro do grande guarda-chuva do cristianismo. É possível que, no campo católico, possam ali serem incluídos, sempre com ressalvas, indivíduos pertencentes a grupos carismáticos e tradicionalistas, e no evangélico membros de igrejas pentecostais, neopentecostais e históricas renovadas. Mas, para além desse denominacionalismo, certamente também deva se localizar na onda conservadora parcela dos indivíduos que mobilizam a identidade genérica de “evangélicos” e/ou de “cristãos”, que tem aparecido forte tanto no Censo de 2010 quanto no levantamento efetuado pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) em oito capitais brasileiras acerca das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020¹⁶.

Meu argumento neste texto é que as atitudes e os discursos de Bolsonaro ao longo do seu mandato permitem propor a hipótese de que, para ele, o nome *cristianismo* remete não somente à “direita cristã” conservadora, mas, especialmente, à direita evangélica.

É verdade que, durante as campanhas eleitorais de 2018 e 2022, Bolsonaro procurou construir vínculos e manter uma relação de proximidade tanto com igrejas e lideranças evangélicas quanto católicas. Ele mesmo, como já disse, tentou manter um pertencimento religioso elástico que pudesse abarcar ambas as formações cristãs. Mesmo assim, não há como não perceber uma inclinação de Bolsonaro, não sem fisiolo-

15 Para uma análise sobre a categoria de conservadorismo, mas também de fascismo e fundamentalismo e seu valor heurístico para entender as conjunturas brasileira e internacional, cf. Almeida e Toniol (2018). Ainda, vale aqui registrar a pertinente observação acerca do conservadorismo feita por Christina Vital da Cunha (2020, p. 254), segundo a qual “o que está sendo chamado de conservadorismo não seria, em si, um problema, mas, sim, as formas extremistas na política que jogam por terra a razoabilidade democrática”. No Brasil, a onda conservadora, assim como a nova direita cristã, teve sua gênese em grupos de discussão e militância na internet, ainda no segundo mandato do governo Lula, sendo formada por contrapúblicos com “identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentar reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes” (Rocha, 2018, p. 20). Para além do nosso país, e mais amplamente, importa destacar, como faz Carranza (2022, p. 74), que a genealogia ideológica do conservadorismo ocorre nos anos 60 e 70 do século passado nos Estados Unidos, quando grupos cristãos passaram a traduzir os movimentos sociais e políticos acerca dos direitos de gênero e sexualidade “como uma ameaça aos valores tradicionais e como uma guerra cultural em curso que deveria deter-se dissolvendo os costumes morais”.

16 Lembremos que, no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4,83% compareceram na rubrica evangélicos não determinados (ND). Já no levantamento do ISER referido, realizado nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Belém e Goiânia, os cristãos genéricos constituíram o segundo maior número de candidaturas religiosas eleitas – concentradas em partidos de direita e de centro-direita – com 16% do total, ficando abaixo dos católicos, que alcançaram 31% dos eleitos e acima dos evangélicos, que somaram 13%. Sobre essa ampla pesquisa, cf. o e-book, em dois tomos, *Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020* (Reis et al., 2022).

gismo, como veremos, em direção ao segmento evangélico conservador, fato este, aliás, como lembra Lacerda (2018), já presente em suas manifestações como deputado federal, quando mobilizava uma narrativa de defesa da família tradicional, de pautas moralistas, religiosas e de moral sexual, além de forte discurso antipetista e anticomunista¹⁷.

Outros episódios ocorridos na vida pessoal de Bolsonaro também contribuíram para aproximá-lo mais do campo evangélico do que do católico. Refiro-me ao seu casamento com Michelle, evangélica da Igreja Batista Atitude, em cerimônia presidida, em 21 de março de 2013, pelo midiático pastor Silas Malafaia; ao seu batismo no rio Jordão, em Israel, em 12 de maio de 2016 (aliás, batismo sem conversão); e ao lema adotado nas campanhas eleitorais, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Após ter assumido a presidência da República, e durante o seu mandato, Bolsonaro continuou a manter uma relação privilegiada com evangélicos de tendência conservadora. Assim, não por acaso, indicou indivíduos pertencentes a esse meio religioso para os mais altos escalões da República, inclusive ministros de Estado¹⁸, tomou iniciativas em direção e a favor desse segmento religioso e participou de vários eventos evangélicos¹⁹.

Nesse sentido, é revelador o levantamento realizado pela Rádio Jovem Pan²⁰ acerca da participação de Bolsonaro em eventos evangélicos nos primeiros nove meses do seu governo. Nesse período, Bolsonaro participou de um único jantar organizado por muçulmanos, de somente dois eventos da Igreja Católica, mas de pelo menos trinta eventos organizados por lideranças de igrejas evangélicas, como Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça, Renascer, Sara Nossa Terra. Se acrescentarmos mais oito participações em eventos promovidos pela Frente Parlamentar Evangélica, veremos que foram 38 participações do presidente com evangélicos, apenas nos primeiros nove meses do seu governo.

17 Para saber mais sobre a trajetória parlamentar do deputado Jair Bolsonaro entre 1991 e 2018, cf. M. Lacerda (2020).

18 É o caso de Damarens Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Onyx Lorenzoni, ministro do Trabalho e Previdência; Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo; Fábio Faria, ministro das Comunicações; e Milton Ribeiro, ministro da Educação.

19 Vale lembrar, porém, que “evangélicos”, de diferentes espectros doutrinários, têm também atuado e participado de governos anteriores ao de Bolsonaro e que católicos igualmente ocupam cargos e postos administrativos no seu governo. Sobre a trajetória dos evangélicos na política brasileira, cf., entre outros, Freston (1993), Burity (2020), F. Lacerda (2020) e Mariano (2001, 2016). Sobre a presença católica no governo Bolsonaro, cf., entre outros, Camurça e Zaquieu-Hígino (2021).

20 Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/de-33-encontros-com-religiosos-bolsonaro-dedicou-30-a-evangelicos.html>. Acesso em: 8 jun. 2022.

A participação de Bolsonaro em eventos evangélicos continuou em 2020 e, sobretudo, em 2021, após a melhoria da situação sanitária devido à pandemia do coronavírus.

Em 2022 – tendo, obviamente, em vista as eleições de outubro –, a presença de Bolsonaro em eventos evangélicos foi uma constante. Somente nas Marchas para Jesus, em várias cidades do país, foram quase duas dezenas. Um dado revelador da inclinação de Bolsonaro em relação aos evangélicos pode ser encontrado em julho de 2022 quando, apenas nesse mês, Bolsonaro usou 40% da sua agenda oficial para ir a encontros evangélicos²¹, isso sem contabilizar outros que não constaram na agenda oficial²².

Além disso, a partir de junho de 2022, Michelle, primeira-dama evangélica, passou a acompanhar o seu marido em todos os encontros com evangélicos, tendo se engajado ativamente na campanha eleitoral. Segundo a equipe de campanha do presidente, o papel de Michelle consistia em reduzir a rejeição de Bolsonaro junto às mulheres e aumentar a sua aceitação entre os evangélicos. Não por acaso, em seus discursos feitos para plateias evangélicas, Michelle fazia questão de dizer que seu marido ama as mulheres, além, é claro, de sublinhar que ele era um “enviado de Deus”. Ademais, Michelle radicalizou seu discurso na perspectiva da “guerra santa”, como fez em seu pronunciamento na Igreja da Lagoinha, em 7 de agosto de 2022, quando declarou, referindo-se ao Palácio do Planalto: “Por muitos anos, por muito tempo, aquele lugar foi um lugar consagrado a demônios. Cozinha consagrada a demônios, Planalto consagrado a demônios. E hoje é consagrado ao senhor Jesus”²³. Antes disso, em 31 de julho de 2022, Michelle divulgou vídeos em que ela e um grupo de pessoas que ela chama de “intercessores” oravam visando expulsar os “demônios” do Palácio do Planalto²⁴.

21 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-julho-bolsonaro-dedicou-40-da-sua-agenda-para-evangelicos/>. Acesso em: 3 ago. 2022.

22 É o caso, por exemplo, da presença de Bolsonaro, em 31 de julho de 2022, na inauguração de um templo da Igreja Universal em Taguatinga, Brasília, que contou com a presença de Edir Macedo e de Marcos Pereira, presidente do Republicanos, partido que, na véspera desse evento, formalizou seu apoio à reeleição do presidente.

23 Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/michelle-bolsonaro-diz-que-planalto-era-um-lugar-consagrado-a-demonios/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

24 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-evangelicos-michelle-bolsonaro-diz-que-planalto-era-um-lugar-consagrado-a-demonios/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

Os eventos evangélicos nos quais o casal Bolsonaro tem participado, até mesmo no interior das igrejas, consistiram em claros momentos de instrumentalização política do religioso. Pareciam comícios políticos nos quais se falava pouco em Cristo e na palavra de Deus, e mais “nele”, o Jair Messias. Também era comum nesses eventos a menção de que toda a autoridade vem de Deus e que importa orar pelos governantes. E quando Bolsonaro e sua esposa Michelle tomavam a palavra, geralmente falavam em favor da família tradicional, contra o aborto, a ideologia de gênero e a legalização das drogas, afirmavam que a presidência é uma missão, faziam alguma referência bíblica e, sobretudo, evocavam a teologia da batalha espiritual, muito cara aos neopentecostais, referindo-se à existência na política brasileira de uma “guerra do bem contra o mal”. Nesse caso, é óbvio, assumiam o lado do “bem” e demonizavam todos os que não estavam com eles, especialmente os seus principais oponentes na campanha eleitoral, Lula e os partidos tidos de esquerda, sempre, também, associados ao “comunismo”.

O discurso beligerante, excludente e preconceituoso, presente nas falas da primeira-dama, mas igualmente de líderes de megaigrejas neopentecostais, foi contestado, por exemplo, pela Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns²⁵ e pelo próprio candidato Lula, que, em 20 de agosto de 2022, em ato político ocorrido no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, criticou Bolsonaro por instrumentalizar politicamente a religião²⁶. Também há representantes da ala evangélica progressista, como o teólogo brasileiro Osmar Ludovico, que mora em Portugal, o qual apontou, em entrevista concedida a Daniela Pinheiro (2022), o uso político da religião e a manipulação da fé por parte de Bolsonaro. Chegou o teólogo a dizer – a propósito de falas de Michelle Bolsonaro acerca de “demônios” que ocupavam a presidência da República, mas que agora, graças às suas intercessões, tudo estaria consagrado ao Senhor – que Bolsonaro “não acredita naquilo, ele usa aquilo. O Bolsonaro e os filhos dele devem dar risada dos crentes”.

25 Disponível em: <https://horadopovo.com.br/frente-inter-religiosa-repudia-ofensas-de-michelle-bolsonaro-a-outras-crencas-e-cobra-retratacao/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

26 Na ocasião, disse Lula: “as igrejas não têm que ter partido político, porque as igrejas têm que cuidar da fé e da espiritualidade das pessoas, e não de candidaturas de falsos profetas ou fariseus, que estão enganando esse povo o dia inteiro”. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-critica-quem-faz-da-igreja-um-palanque-politico/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

Vale ainda lembrar que, além de participar de eventos promovidos por evangélicos, ao longo do seu mandato, Bolsonaro recebeu para conversas privadas, em geral fora da agenda oficial, todos os principais líderes de igrejas pentecostais e neopentecostais brasileiros.

Essa é somente uma amostra dos encontros de Bolsonaro com evangélicos, que não inclui, por exemplo, as medidas tomadas pelo ex-presidente em favor sobretudo, mas não exclusivamente, desse segmento religioso por ocasião da pandemia do coronavírus²⁷.

Tem mais. Refiro-me a duas situações promovidas por Bolsonaro que são reveladoras da sua aliança com os evangélicos conservadores. A primeira foi um conjunto de declarações nas quais dizia que iria indicar um evangélico, e não um cristão, para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, em maio de 2019, em Goiânia, na Igreja Assembleia de Deus, indagou: “Será que não está na hora de termos um ministro do STF evangélico?”²⁸. No dia 10 de julho do mesmo ano, afirmou que indicaria alguém “terrivelmente evangélico”. E em 28 de maio de 2020, voltou a reforçar a sua intenção de indicar um evangélico, e não cristão: “Um vai ser evangélico, é um compromisso que eu tenho com a bancada evangélica”²⁹. A promessa foi cumprida com a indicação e a posterior nomeação, em 1º de dezembro de 2021, do pastor presbiteriano André Mendonça para a vaga no STF aberta com a aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello.

O segundo evento revelador ocorreu em 8 de março de 2022 quando Bolsonaro promoveu um ato político no Palácio da Alvorada. Na ocasião, convidou a primeira-dama, deputados e ministros de Estado e mais de duas dezenas de líderes evangélicos, entre eles: Silas Malafaia, Estevam Hernandes, Samuel Câmara, Abner Ferreira, Cesar Augusto, Agenor Duque, João Batista de Carvalho, Marcos Pereira, Renê Terra Nova, Robson Rodovalho, Márcio Valadão. Na lista de convidados, cuja montagem contou com o apoio de Malafaia, não constava nenhum pastor pertencente

27 Sobre esse tema, bem como a análise do comportamento negacionista em relação à pandemia, tanto de Bolsonaro quanto dos evangélicos a ele alinhados, cf., entre outros, Carranza (2022), Guerreiro e Almeida (2021) e Oro e Alves (2020).

28 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/bolsonaro-diz-que-indicara-para-vaga-no-stf-ministro-terrivelmente-evangelico.shtml>. Acesso em: 28 maio 2020.

29 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/28/bolsonaro-ve-aras-cotado-para-stf-mas-diz-espero-que-ninguem-desapareca.htm>. Acesso em: 28 maio 2020.

ao chamado Movimento Evangélico Progressista³⁰, nem, muito menos, algum membro da hierarquia católica. E o mais importante da reunião foi uma afirmação feita por Bolsonaro, após 24 pastores terem discursado e feito elogios à sua pessoa e ao seu governo. De fato, ao término do evento, Bolsonaro tomou a palavra e pronunciou esta frase: “Eu dirijo a nação para o lado que os senhores assim o desejarem”³¹. Lembremos que os senhores em questão são fundadores e/ou dirigentes de igrejas pentecostais e neopentecostais, todos alinhados com Bolsonaro na defesa de ideias, princípios e valores cristãos conservadores, como a defesa da família tradicional, a contrariedade à ideologia de gênero e ao aborto, mesmo em casos previstos em lei, a oposição à legalização das drogas, a defesa da propriedade privada, a luta contra o comunismo, desconsideração das reivindicações da comunidade LGBTQIA+, entre outros.

Portanto, é possível que, ao privilegiar o termo *cristão*, Bolsonaro estivesse pensando em mobilizar uma categoria que lhe permitisse dialogar com o amplo conjunto de indivíduos que expressam seu sentimento de pertencimento ao cristianismo³². Porém, tudo o que foi mencionado também permite sugerir que, quando Bolsonaro evocava o termo *cristianismo*, é provável que ele estivesse pensando não somente no cristianismo conservador, mas, sobretudo, na parcela evangélica conservadora, com a qual compartilhava ideais, valores e posicionamentos políticos e religiosos.

Se assim for, é também lógico subentender que, quando Bolsonaro pronunciava o nome de Deus, por exemplo, “Deus acima de todos”, como veremos mais à frente, a sua referência recaía na imagem de um Deus compartilhada pela extrema-direita político-religiosa cristã mundial, ou seja, a de um Deus, como observou o escritor espanhol Juan Arias (2019), em coluna no *El País*,

30 Segundo Vital da Cunha, esse movimento evangélico, também conhecido como Bancada Evangélica Popular, ou “evangélicos de esquerda”, constitui um coletivo que se opõe ao moralismo conservador e elitista da ideologia prevalecente no governo Bolsonaro. Esse movimento pauta a sua visão de mundo e sua conduta “pelo exercício da vida política orientada por uma leitura do Evangelho cujo amor, igualdade e paz são centrais” (Vital da Cunha, 2021, p. 33). Guerreiro e Almeida apontam que o movimento de insurgência contra Bolsonaro ocorre tanto entre evangélicos como entre católicos. Ambas as formações religiosas “denunciam sua suposta incoerência com os princípios bíblicos” (Guerreiro; Almeida, 2021, p. 62).

31 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/03/08/bolsonaro-reune-evangelicos-ministros-e-deputados-em-ato-politico-no-palacio-da-alvorada.ghtml>. Acesso em: 6 jun. 2022.

32 Exemplo disso foi o ocorrido em 16 de julho de 2022 quando Bolsonaro esteve em Natal e participou inicialmente de uma missa na Basílica dos Mártires e, em seguida, de um culto na igreja evangélica Assembleia de Deus Rio Grande do Norte. Bolsonaro também se fez presente, embora de forma discreta, na solenidade do Cirio de Nazaré, em Belém do Pará, e na celebração da Padroeira do Brasil, no dia 12 de outubro, em Aparecida do Norte.

ambíguo e politicamente incorreto [...]. Não é o Deus que deve libertar os escravos da pobreza e da injustiça, o Deus dos que sofrem por serem diferentes, o dos excluídos dos privilégios, e sim o que adoram os satisfeitos, o vingador mais que o pacificador. O Deus da violência mais que o desarmado das bem-aventuranças.

Para quem compartilha essa ideologia político-religiosa, complementa Juan Arias, essa ideia de Deus serve como “curinga para justificar todas as opressões [...], para encobrir políticas de obscurantismo”³³.

Cabe agora a observação de que o foco aqui incidiu sobre um conjunto de posturas e discursos de Bolsonaro em relação ao campo evangélico conservador. Mas não desconheço que, ao longo do seu mandato, Bolsonaro também manteve interações com autoridades eclesiásticas católicas e teve participação em eventos católicos. Porém, evidentemente, estes últimos foram em número bem reduzido e detentores de menor envergadura, se comparados aos ocorridos com os evangélicos³⁴. Talvez isso tenha relação com o fato de que, durante o seu mandato, a relação entre Bolsonaro e a cúpula dirigente da Igreja Católica no Brasil, capitaneada pela CNBB, tem sido marcada por tensões, polêmicas e atritos (Camurça; Zaquieu-Higino, 2021). Lembro, nesse sentido, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assim como setores progressistas do clero (como Padres da Caminhada e Padres contra o Fascismo) ou de leigos (como Movimento Nacional Fé e Política), se posicionou abertamente contra o governo Bolsonaro, em diferentes momentos da vida nacional, criticando sua política ambiental, seu negacionismo da pandemia, sua política armamentista, seu discurso do ódio, suas práticas de *fake news*, seus atentados contra a democracia e o Estado de direito.

Menciono *en passant* que houve lógicas significativas e práticas na sustentação da aliança Bolsonaro-evangélicos. Resumidamente, inscre-

33 Claude Petrognani (2023), em tese de pós-doutorado, defendida recentemente na École Pratique des Hautes Études, de Paris, apresenta uma outra interpretação da invocação reiterada de Deus nas falas de Bolsonaro. Para Petrognani, o Deus evocado por Bolsonaro inscreve-se e dialoga com a noção de “religiosidade mínima brasileira”, proposta por Andre Droogers. Lembro que, para o antropólogo holandês, o Deus da religiosidade mínima brasileira condensa a polifonia do sagrado, sendo detentor da especificidade de ser público e privado, secular e religioso, rico de sentido “transcendental amplo e mínimo”, disseminando-se natural e normalmente na esfera pública nacional.

34 Essa diferença de participações do presidente entre católicos e evangélicos é assim expressa por Camurça e Zaquieu-Higino (2021, p. 226): “as últimas performances de Bolsonaro no intuito, julgamos, de afagar sensibilidades católicas [...] foram marcadas por muita discrição e quase intimismo, em relação à espetacularização daquelas evangélicas”.

vem-se nas primeiras o enaltecimento da tradição cristã da sociedade brasileira e a defesa de valores e princípios que consideram como cristãos para o conjunto da sociedade, com destaque para a defesa da família tradicional e da pauta conservadora dos costumes. Nesse caso, trata-se não somente da afirmação pessoal de convicções morais e religiosas desses protagonistas, mas de que elas se consolidem de modo hegemônico no país (Burity; Giumbelli, 2020).

No que tange às lógicas práticas, destacam-se os interesses mútuos implicados na parceria. Para os evangélicos alinhados com o presidente, a boa relação, que geralmente reverberava no Poder Legislativo, rendeu benefícios de várias ordens, especialmente econômicos e fiscais para suas igrejas, tais como recursos para obras sociais, verbas destinadas às emissoras televisivas e radiofônicas, e alívio, isenção e perdão das dívidas e obrigações fiscais, entre outros³⁵. Nesse contexto, vale, porém, destacar que o pragmatismo político vai além dos evangélicos, tendo tido também sua importância na relação entre catolicismo e governos ao longo da história do país.

Já no que concerne a Bolsonaro, ele possuía plena consciência de que, assim como o apoio evangélico foi decisivo para a sua eleição em 2018, quando amealhou cerca de 70% dos votos desse segmento religioso³⁶, o apoio maciço dos evangélicos também seria importante para a sua reeleição em 2022. Ou seja, havia um cálculo eleitoral segundo o qual Bolsonaro precisaria do apoio majoritário dos evangélicos para alcançar a sua reeleição.

No entanto, Lula saiu vencedor das eleições, tendo obtido, no dia 30 de outubro de 2022, 60,33 milhões de votos (50,9%), enquanto Bolsonaro conseguiu 58,2 milhões (49,1%).

Segundo José Eustáquio Alves (2022), nas eleições de 2022, Lula obteve 34,6 milhões de votos católicos, contra 24,5 milhões de votos católicos para Bolsonaro; entre os evangélicos, Lula obteve 11,7 milhões de votos, ao passo que Bolsonaro obteve 26,1 milhões de votos; os votos das outras religiões foram de 3,8 milhões para Lula, contra 3,3 milhões de votos para Bolsonaro. Enfim, Lula obteve 10 milhões de votos do segmento sem religião, enquanto Bolsonaro obteve 4,2 milhões. Ou seja, Lula teve um superávit

³⁵ Para mais detalhes sobre os benefícios obtidos pelos evangélicos no governo Bolsonaro, cf. Mariano (2017) e Oro e Alves (2020).

³⁶ Recordemos que, nas eleições de 2018, o voto católico foi praticamente igual para Haddad e Bolsonaro, com pouco mais de 29 milhões de votos para cada um. No entanto, o montante do voto evangélico de 21.595.284 para Bolsonaro contra 10.042.504 para Haddad foi fundamental para a eleição de Bolsonaro, que, no total dos votos, superou Haddad em pouco mais de 10 milhões de votos.

de 10 milhões de votos entre os católicos, de 567 mil votos entre as outras religiões e de 5,9 milhões entre os sem religião. O superávit de Bolsonaro ocorreu somente entre os evangélicos, num total de 14,4 milhões de votos.

A conclusão de Alves é que, se nas eleições de 2018 os votos evangélicos foram decisivos para a vitória de Bolsonaro, nas eleições de 2022 a vitória de Lula foi assegurada pelos votos do segmento sem religião. No entanto, entendo que há que se alargar a composição final dos eleitores religiosos que asseguraram a eleição de Lula. Ou seja, além dos 5,9 milhões de votos dos sem religião, foram importantes os votos obtidos por Lula entre os evangélicos e, sobretudo, a vantagem de 10 milhões de votos obtidos entre os católicos, cuja somatória compensou a vantagem de Bolsonaro de 14,4 milhões de votos entre os evangélicos, propiciando, assim, a vantagem final de Lula de 2,1 milhões de votos sobre Bolsonaro³⁷.

2) Laicidade à Bolsonaro

A segunda questão indaga sobre a percepção de laicidade de Bolsonaro. Antes, porém, de ir diretamente ao tema, faz-se necessário tecer algumas considerações acerca do conceito com base na literatura especializada.

De acordo com o sociólogo francês Jean Baubérot (2009, p. 185-186), a laicidade “concerne a regulação política, jurídica e institucional da religião, do crer, do conjunto do simbólico, com suas transações e seus conflitos explícitos”. Ela diz respeito sobretudo e primeiramente ao Estado. Ou, como diz outro sociólogo francês, “é o Estado que é leigo, não a sociedade” (Willaime, 2009, p. 213).

A laicidade pode ser mais aguerrida, de combate e intransigente, ou mais branda, colaborativa e aberta. Essa diferença é assim apresentada por Ternisien (2007, p. 26): a “laicidade intransigente, ou de combate”, flerta às vezes com o anticlericalismo, é hostil a toda forma de religião e visa excluir a religião do espaço público; já a “laicidade aberta” defende a “distinção” entre o poder temporal e o espiritual, e a “separação” entre Igreja e Estado, e assegura à religião um lugar na sociedade, não a sua eliminação.

37 Nas eleições de 2022, a distribuição religiosa do eleitorado brasileiro esteve assim constituída: 59,1 milhões de eleitores católicos (50% do total), 37,8 milhões de evangélicos (32%), 7,1 milhões de outras religiões (6%) e 14,2 milhões do segmento sem religião (12%).

Roberto Blancarte (2008, p. 8) destaca o que considera ser os três pilares da laicidade: “respeito à liberdade de consciência, autonomia do político frente ao religioso e igualdade dos indivíduos e suas associações frente à lei, assim como a não discriminação”. Além desses três indicadores ideais-típicos da laicidade, Baubérot (2013, p. 34) sugere “um quarto: a neutralidade (arbitral) do Estado, ou inclui-la no segundo indicador”³⁸.

Vale agora recordar que um conceito próximo ao de laicidade é o de secularismo. Para Jean Baubérot (2013), secularismo equivale à laicidade nos estudos acadêmicos ingleses, uma vez que, segundo o sociólogo francês, ambos os termos se ocupam das mesmas questões, sendo, porém, também polissêmicos, pois lidam, conforme as teorias, com diferentes perspectivas acerca, por exemplo, do poder regulatório do religioso pelo Estado, da possibilidade, ou não, do religioso atuar na esfera pública ou no Estado-nação, além de questões mais pontuais como a maior ou a menor presença da religião no espaço público e os graus de separação entre o religioso e o secular, entre outras.

Já outros autores, como Ternisien (2007, p. 25), introduzem nuances entre os termos. Para ele, secularismo “veicula uma ideia de exclusão das religiões do campo social, que se encontra então ‘secularizado’, enquanto a laicidade à francesa está primeiramente fundada na noção de separação do temporal e do espiritual”.

Da mesma maneira, Eduardo Dullo (2015, p. 30) questiona o que exatamente cabe no termo laicidade, enquanto assume o secularismo “como o conjunto de crenças ou doutrinas políticas que sustentam o mundo secular e que, assim, são muito mais amplas do que a separação entre Igreja e Estado, envolvendo noções de subjetividades, de corporalidade, a reflexividade científica e ainda de temporalidade”.

Outro conceito que caminha junto ao de laicidade é o de secularização, também este polissêmico. Para Baubérot (2009, p. 185), por exemplo, a secularização “privilegia as mudanças socioculturais induzidas pela dinâmica social, a evolução dos saberes e das técnicas, o desenvolvimento da racionalidade instrumental”. Já outros autores usam o termo para destacar o processo contínuo e irreversível de perda de relevância social da religião na sociedade moderna e o seu recuo para a

38 É preciso assinalar que os três princípios da laicidade mencionados se encontram também no artigo 4 da *Declaração universal sobre a laicidade no século XXI*, assinado em 2005 por 248 intelectuais de mais de trinta países.

esfera do privado (Acquaviva, 1961; Wilson, 1998). Contrariamente a essa perspectiva, Danièle Hervieu-Léger (1999) considera a secularização como um processo de recomposição e de reorganização da religião na modernidade, que não implica o retraimento da religião para a esfera privada. Na mesma direção, Casanova (1994) e Gauchet (2004) apontam a religião como uma das forças sociais atuantes nas sociedades democráticas ocidentais secularizadas.

Enfim, autores como Dullo (2012, 2015) e Giumbelli (2011, 2016), seguindo sugestão de Talal Asad, sustentam ser heurísticamente menos interessante definir os termos – ou saber o lugar e a importância que a religião assume nas sociedades –, e mais analisar as maneiras e as formas “pelas quais o Estado se relaciona com a religião, no sentido de estabelecer um lugar para ela na sociedade” (Giumbelli, 2011, p. 2). Assim procedendo, poderemos perceber distintas configurações de secularidades segundo as diferentes situações sócio-históricas.

Sigo a sugestão dos últimos autores para analisar as maneiras pelas quais Bolsonaro – como presidente da nação, maior autoridade política do país – lidou com a questão da religião durante o seu mandato. É dessa forma que se pode perceber a sua noção de laicidade.

Em primeiro lugar, salta aos olhos como o ex-presidente exacerbou na apropriação do simbólico. Exagerou nas referências bíblicas, sobretudo o versículo “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (A Bíblia [...], 2007, João 8, 32, p. 1196). Mas, especialmente, invocou reiteradas vezes o nome de Deus, em pronunciamentos oficiais e informais, em entrevistas e nas mídias sociais. Lembremos do seu uso frequente de expressões tais como: “Deus acima de todos”, “Deus no comando”, “Deus no coração”, “Deus, pátria, família”, “Estou sendo instrumento de Deus”, “Essa é uma missão de Deus”, “Agradeço a Deus a minha segunda vida”, “Só Deus me tira daqui”.

Aliás, já em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro exacerbou o uso do nome de Deus. Esta foi a constatação do escritor Juan Arias (2019), para quem Deus foi a palavra mais usada no discurso, dando a impressão “de que o Brasil deseja ser governado sob o amparo divino, mais do que sob as leis e a Constituição”³⁹.

39 Durante o discurso de posse, Bolsonaro mencionou seis vezes a palavra Deus. Comparativamente, Lula, em seu discurso de posse em 1º de janeiro de 2023, usou duas vezes a palavra Deus.

Além disso, uma análise dos discursos proferidos por Bolsonaro em 2022 – realizada pelos jornalistas Bruno Fonseca e Mariana Correia, da Agência Pública, em parceria com a empresa de análises de dados Novelo – revelou que “em mais de 10% de todos os trechos de discursos do presidente analisados há alguma menção a Deus”⁴⁰.

Obviamente que toda essa intensa ativação do nome de Deus por parte de Bolsonaro – que, por isso mesmo, mas não só, tem sido considerado como produtor de um “cristofascismo brasileiro”⁴¹ – recebeu inúmeras críticas. Aponto aqui somente duas delas. O colunista Ricardo Kertzman (2022), do jornal *Estado de Minas*, afirmou que Bolsonaro é alguém que “não tira o nome de Deus da boca profana, e seduz, como se fosse o próprio diabo, com suas mentiras, mistificações e promessas jamais cumpridas, as almas de boa-fé, e as corrompe sem dó nem piedade”.

Por sua vez, Leonardo Boff (2019), em texto publicado no site da Amerindia, de Montevideu, teceu duras críticas contra o abuso do nome de Deus por parte de Bolsonaro. No entender do teólogo, o nome de Deus que sai da boca de Bolsonaro não tem nada a ver com o Deus-amor e o Deus-misericórdia. Ao contrário, por incitar o ódio e a violência, elogiar a tortura e os torturadores, ameaçar os seus opositores, privilegiar as classes abastadas, humilhar os idosos, rebaixar as mulheres, menosprezar os camponeses, não ter nenhum compromisso com a vida da natureza e com a vida humana, além de ser detentor de uma religiosidade rancorosa e vazia de espiritualidade, “o uso do nome de Deus [por parte de Bolsonaro] não é apenas um abuso mas representa uma verdadeira blasfêmia”.

Reitero que, segundo minha interpretação, o sentido de Deus que transitava na mente do ex-presidente, e possivelmente dos seus seguidores da extrema-direita, não era, como destacou Boff, o Deus-amor ou Deus-misericórdia que serviria como referência em prol da dignidade humana em toda a sua plenitude. Ao invés disso, o Deus de Bolsonaro e dos bolsonaristas radicais, embora fosse propalado como cristão, é um Deus autoritário, justiceiro, vingativo, violento e intolerante. Ou,

40 Disponível em: <https://apublica.org/2022/10/deus-e-o-diabo-na-terra-do-voto/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

41 É o caso do teólogo Fábio Py (2020), que se apropria do termo “cristofascismo”, cunhado pela teóloga alemã Dorothee Sölle para se referir às relações entre o nazismo e as igrejas cristãs, a fim de mostrar que aqui, como lá, são acionados o nome de Deus e versículos bíblicos, há uma grande proximidade entre lideranças políticas e de igrejas cristãs, e os governantes assumem posturas autoritárias com características neofascistas e ultraliberais.

como afirma acertadamente o escritor espanhol Juan Arias (2019): “Um Deus que infunde medo nos que deveria acolher sob sua proteção. É um Deus que se faz ouvir só através das ordens, gritos e armas do poder, não o que fala no silêncio dos corações em busca de paz e de diálogo”.

Outro aspecto que revela o entendimento de laicidade para Bolsonaro aparece, como já foi referido, no seu aprofundamento da imbricação entre religião e política, no estreitamento das relações entre Estado e religião, leia-se o cristianismo conservador, especialmente o evangélico conservador. A sua “opção preferencial pelos evangélicos” (Camurça; Zaquieu-Higino, 2021, p. 226) foi manifestada, conforme mencionado, nos encontros com lideranças desse segmento religioso, na participação em eventos, como as Marchas para Jesus, na promoção de reuniões e cerimônias, nas residências oficiais, em Brasília, que contaram com a presença de líderes e fiéis evangélicos, na condução de membros e representantes do segmento nas esferas do poder, inclusive no Judiciário, e até mesmo na intenção de delegar aos pastores o destino do país. Lembremos da frase: “Eu dirijo a nação para o lado que os senhores assim o desejarem”.

Tais considerações permitem afirmar que Bolsonaro não somente detém uma noção não separatista de laicidade como reivindica uma laicidade intransigente, e inclusive combativa, na defesa dos valores e princípios do cristianismo conservador, notadamente evangélico, para o conjunto da nação, sabendo, porém, como observou Camurça em seu capítulo nesta coletânea, que não se trata apenas das crenças cristãs conservadoras para a nação, mas de um amplo projeto de poder com interesses específicos nos setores econômico, político e social para a sociedade brasileira⁴².

42 Mais especificamente, segundo Camurça, trata-se de “uma ética econômica baseada no empreendedorismo individual contra políticas públicas distributivas; uma política armamentista e de militarização da sociedade; disseminação da intolerância e do ódio ao que consideram seus adversários, enfim, tudo isso articulado com uma moralização da política e uma ação social de cunho religioso”. Garrard chama a atenção para o fato de que a tentativa do evangelismo conservador de influir no conjunto da sociedade constitui um fenômeno de toda a América Latina e faz parte do seu plano de domínio, chamado de “Mandato das Sete Montanhas”, ou seja, sete esferas-chave de influência, a saber: “1) fé e religião, 2) política e governo, 3) família, 4) mídias e comunicações, 5) artes e entretenimento, 6) educação, e 7) negócios/economia” (Garrard, 2023, p. 4, tradução nossa). Isso significa, continua Garrard (2023, p. 7), que se trata de um plano de domínio total que desequilibra a relação Estado e religião, pondo em xeque a laicidade estatal.

Conclusão

Forçando os termos, sugiro que, durante o período em que Bolsonaro esteve à frente do Executivo nacional, vivemos tempos de “laicidade à Bolsonaro”, que pode assim ser resumida: naturalização na invocação e no apelo ao transcendente, mesmo no exercício político; exacerbação no estreitamento da relação entre Estado e religião; alinhamento com as pautas e os princípios defendidos pelo cristianismo conservador, sobretudo evangélico; defesa de um único cânone religioso, o cristão conservador, para o conjunto da sociedade brasileira⁴³.

Assim sendo, sugiro que Bolsonaro deu uma importante contribuição para fortalecer uma reconfiguração da laicidade brasileira em andamento, sintetizada por Ronaldo de Almeida (2020, p. 431) da seguinte forma: uma laicidade que “tinha como referência o cristianismo católico [e que agora foi deslocada] para uma laicidade orientada pela pluralidade religiosa concorrencial, que, muito embora ainda seja predominantemente cristã, assume cada vez mais um perfil evangélico”.

Enfim, importa destacar que a “ambição englobante e estruturante” (Gauchet, 2004, p. 105) de Bolsonaro acerca da cristandade nacional se inscreve na ideologia política do nacionalismo cristão, surgida nos Estados Unidos e que acredita ser a identidade americana inseparável do cristianismo. Essa ideologia – que confunde identidade nacional e cristã, ameaçando, dessa forma, o pluralismo e a democracia – tornou-se política global de extrema-direita⁴⁴. Como se sabe, Donald Trump ofereceu ambiente político para a sua efervescência e a Hungria de Viktor Orbán transformou-se em um farol para governos populistas e autoritários, como o de Jair Bolsonaro, que sintetizou o nacionalismo cristão no seu slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima

43 Obviamente que se faz necessário fazer a distinção entre a “laicidade à Bolsonaro”, que contém as características citadas, e o “governo Bolsonaro”, que reuniu e agregou um conjunto maior de forças religiosas conservadoras, como católica, espírita e judaica. Mesmo assim, não há como desconsiderar, como sustenta Carranza (2022, p. 76), que, “no governo de Bolsonaro, a direita religiosa brasileira, representada por setores evangélicos conservadores, estiveram ocupando instâncias de poder”.

44 De fato, segundo Ronilso Pacheco (2022): “Ao contrário do que se possa pensar, o nacionalismo cristão não diz respeito apenas a evangélicos, católicos ou outro grupo cristão. Embora seja definido como um conjunto de mitos, tradições, símbolos, narrativas e sistemas de valores que trabalham principalmente para a fusão ou o domínio do cristianismo na vida social, o nacionalismo cristão se tornou uma ideologia política global de extrema-direita”. E finaliza o teólogo dizendo: “O nacionalismo cristão, como ideologia fascista, cria e mantém firme a ideia de que seus inimigos querem livrar o país das pessoas honestas, civilizadas, trabalhadoras, de bem, cristãs”.

de todos”, sobrepondo, desse modo, a cristandade à laicidade estatal. Exemplo cabal dessa perspectiva aparece nesta frase, já mencionada, proferida por Bolsonaro: “Não tem essa historinha de Estado laico não! O Estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar às maiorias”.

Referências bibliográficas

A BÍBLIA Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Edição corrigida e revisada fiel ao texto original. (Almeida Corrigida Fiel). São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

ACQUAVIVA, Sabino. *L'Eclissi del sacro nella civiltà industriale*. Milano: Edizioni di Comunità, 1961.

ALMEIDA, Ronaldo de. Deuses do parlamento: os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018. p. 163-193.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, 2020.

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O eleitorado sem religião foi o fiel da balança da vitória de Lula. *EcoDebate*, Rio de Janeiro, n. 3.924, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/10/31/o-eleitorado-sem-religiao-foi-o-fiel-da-balanca-da-vitoria-de-lula/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ARIAS, Juan. O Deus obsessivo e politicamente incorreto de

Bolsonaro. *El País*, 8 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/opinion/1546944981_294288.html. Acesso em: 10 jul. 2022.

BAUBÉROT, Jean. Pour une sociologie interculturelle et historique de la laïcité. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n. 146, p. 183-200, 2009.

BAUBÉROT, Jean. Sécularisation, laïcité, laïcisation. *Empan*, n. 90, p. 31-38, 2013.

BERGAMO, Mônica. Metade dos evangélicos diz acreditar que Bolsonaro segue a mesma religião que eles, diz Genial/Quaest. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/08/metade-dos-evangelicos-acredita-que-bolsonaro-segue-a-mesma-religiao-que-eles-diz-genialquaest.shtml>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BLANCARTE, Roberto J. *El Estado laico*. México: Nostra Ediciones, 2008.

BOFF, Leonardo. A blasfêmia de Jair Bolsonaro: que “Deus” acima de todos? *Ameríndia*, Montevideu, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://amerindiaenlared.org/contenido/14376/a-blasfemia-de-jair-bolsonaro-que-deus-acima-de-todos/>. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BURITY, Joaíldo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no

Brasil. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 195-215.

BURITY, Joanildo; GIUMBELLI, Emerson. Minorias religiosas: identidade e política em movimento. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 9-17, 2020.

CAMURÇA, Marcelo. Laicidad a la brasileña. In: BLANCARTE, Roberto (ed.). *Diccionario de religiones en América Latina*. Mexico: El Colégio de Mexico, 2018. p. 293-303.

CAMURÇA, Marcelo; SILVEIRA, Emerson José Sena da; ANDRADE JUNIOR, Péricles Moraes de. Estado laico e dinâmicas religiosas no Brasil: tensões e dissonâncias. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 18, n. 57, p. 975-1001, 2020.

CAMURÇA, Marcelo; ZAQUIEU-HIGINO, Paulo Victor. Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do Governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, ano XIII, n. 39, p. 207-232, 2021.

CARRANZA, Brenda. Derecha cristiana brasileña: proyecto de poder político. In: GUADALUPE, José Luis Pérez (ed.). *Pastores & Políticos: el protagonismo evangélico en la política latinoamericana*. Lima: Konrad Adenauer Stiftung; Instituto de Estudios Social Cristianos, 2022. p. 47-86.

CASANOVA, José. *Public religions in the modern world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

DULLO, Eduardo. Após a (antropologia/sociologia da) religião, o secularismo? *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 379-392, 2012.

DULLO, Eduardo. Política secular e intolerância religiosa na disputa eleitoral. In: MONTERO, Paula (org.). *Religiões e controvérsias públicas: experiências, práticas sociais e discursos*. São Paulo: Terceiro Nome; Campinas, SP: Unicamp, 2015. p. 27-47.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao*

impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GARRARD, Virginia. ¿Adiós al Estado laico? Evangélicos conservadores en la América Latina contemporánea. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, Campinas, v. 25, p. 1-8, 2023.

GAUCHET, Marcel. *Un monde désenchanté?* Paris: Les éditions de l'Atelier, 2004.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial: CNPq/PRONEX, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. Minorias religiosas. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (org.). *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 229-248.

GIUMBELLI, Emerson. Para estudar a laicidade, procure o religioso. Texto apresentado nas XVI Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, Punta del Este, 2011.

GIUMBELLI, Emerson. Regulação do religioso: discussões conceituais e panorama da situação em quatro países latino-americanos. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 18, n. 25, p. 14-37, 2016.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia Covid-19. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 49-73, 2021.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Le Pèlerin et le converti : la religion en mouvement*. Paris: Flammarion, 1999.

KERTZMAN, Ricardo. O Deus de Bolsonaro mora no inferno e chafurda no colo do capeta, só pode. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 31 maio 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/colunistas/ricardo-kertzman/2022/05/31/interna_ricardo_kertzman,1370141/o-deus-de-bolsonaro-mora-no-inferno-e-chafurda-no-colo-do-capeta-so-pode.shtml. Acesso em: 8 ago. 2022.

LACERDA, Marina Basso. *Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 289-308.

LACERDA, Fábio. Performances eleitorais dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 257-270.

MARIANO, Ricardo. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 708-726, 2016.

MARIANO, Ricardo. O barulho dos evangélicos. Entrevista com Ricardo Mariano. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, 14 nov. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/573620-o-barulho-dosevangélicos-entrevista-com-ricardo-mariano>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009.

MONTERO, Paula. Liberdade religiosa e democracia no Brasil contemporâneo. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (org.). *Religião e democracia na Europa e no Brasil*. São Paulo: Fundação FHC, 2022. p. 109-156.

NOVAES, Regina. Em nome da diversidade: notas sobre novas modulações nas relações entre religiosidade e laicidade. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, n. 69, p. 131-145, 2014.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. *Sociedad y Religión*, v. 30, n. 54, p. 121-147, 2020.

ORO, Ari Pedro; CAMURCA, Marcelo Ayres. Da secularização ao espaço público: meandros e mediações frente ao esquema de separação entre secular e religioso. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 7-20, 2018.

PACHECO, Ronilso. Reeleição de Bolsonaro impulsionaria radicalização de extremistas cristãos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/10/reeleicao-de-bolsonaro-impulsionaria-radicalizacao-de-extremistas-cristaos.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PETROGNANI, Claude. *Pour comprendre la laïcité brésilienne, cherchez "Dieu": réflexions sur les sens anthropologiques de la laïcité brésilienne*. 2023. Tese (Pós-doutorado em Ciências religiosas) – École Pratique des Hautes Études, Paris, 2023.

PINHEIRO, Daniela. Osmar Ludovico, teólogo brasileiro: 'Bolsonaro deve dar risada dos crentes'. *TAB UOL*, 13 ago. 2022. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/daniela-pinheiro/2022/08/13/teologo-brasileiro-bolsonaro-e-os-filhos-devem-dar-risada-dos-crentes.htm>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PORTIER, Philippe. La régulation étatique du religieux en France (1880-2008): essai de périodisation. In: FORET, François (ed.). *Politique et religion en France et en Belgique*. Bruxelles: Editions de l'Université Libre de Bruxelles, 2009. p. 47-63.

PORTIER, Philippe. Le tournant substantialiste de la laïcité française. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 21-40, 2018.

PY, Fábio. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

REIS, Livia; CUNHA, Magali; PESTANA, Matheus; ABREU, Gabrielle (org.). *Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2022.

ROCHA, Camila. “*Menos Marx, mais Mises*”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. In: ANTONIAZZI, Alberto *et al.* *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 34-63.

TERNISIEN, Xavier. *État et religions*. Paris: Odile Jacob/La Documentation Française, 2007.

VANNI, Lucas. *As catacumbas de Porto Alegre: catolicismo e sensibilidades conservadoras*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da perda e os Aliados dos Evangélicos na política brasileira. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 237-256.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas Eleições 2020 no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 13-80, 2021.

WILLAIME, Jean-Paul. Pour une sociologie transnationale de la laïcité dans l’ultramodernité contemporaine. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, n. 146, p. 201-218, 2009.

WILSON, Bryan. The secularization thesis: criticisms and rebuttals. In: LAERMANS, Rudy; WILSON, Bryan; BILLIET, Jaak (ed.). *Secularization and Social Integration*. Papers in Honor of Karel Dobbelaere. Leuven: Leuven University Press, 1998. p. 45-65.